

Quais as razões da Áustria ter tão pouco desemprego

Ter uma taxa de desemprego de 5 % e um desemprego juvenil de 9,3 % é um sucesso nos tempos que correm na Europa. A Áustria pode considerar-se um país em destaque com estes números, semelhantes aos da Alemanha.

O desemprego na Áustria foi um dos mais baixos na Europa durante a última década, e o desemprego juvenil mal aumentou nos anos da crise. Vários países têm observado o modelo austríaco em busca de soluções. De acordo com diversas análises, o sucesso deve-se, por um lado, à popularidade e à qualidade da formação profissional; por outro, à abundante oferta de cursos de aprendizagem na empresa (*apprenticeships*), um exemplo de sinergia entre os setores privado e público. Além disso, existe uma coordenação bastante eficaz entre os diversos agentes sociais através de organismos federais de representação dos empregadores e dos trabalhadores, juntamente com um setor sindical também unificado.

Em conjunto, este esforço de cooperação voluntária é conhecido como o *Sozialpartner* (acordo de colaboração social). A sua manifestação política é a Comissão Paritária, uma entidade criada para discutir a legislação laboral, embora a lei não exija isso, e onde estão representados tanto os empresários e sindicatos como o governo federal. Os acordos são tomados por ampla maioria, o que fomenta uma visão construtiva e evita a excessiva politização.

Outra razão para o baixo desemprego na Áustria é a flexibilidade para contratar e despedir, que se compensa com uma generosa rede de ajudas públicas para encontrar trabalho, e de subsídios para o desemprego.

Não obstante, o mercado laboral austríaco também tem os seus problemas. Um deles é a desigual taxa de desemprego entre os melhor e os pior educados, por um lado, e entre os austríacos e os de origem estrangeira, por outro, em ambos os casos maior – em termos relativos – do que a da OCDE. Apesar do baixo desemprego, o envelhecimento demográfico (a taxa de fertilidade é de 1,4, uma das mais baixas da Europa) leva o número de trabalhadores por cada pensionista (3,4) a ser menor do que o da OCDE.

Além disso, o desemprego aumentou em 2014 relativamente ao ano anterior, enquanto descia ligeiramente na Zona Euro.

A nota mais significativa da educação austríaca é a elevada percentagem de estudantes que opta pela formação profissional média. Se na OCDE somente 30 % dos jovens entre 25 e 34 anos se ficou por este nível educativo, na Áustria o número chega a 60 %. Pelo contrário, nesta mesma faixa etária, os que alcançam um título superior (universitário ou similar) são apenas 21 %, metade do que acontece na OCDE.

O abandono prematuro dos estudos (no termo do ensino obrigatório, que na Áustria inclui um primeiro ano do pós-ensino secundário) mal chega a 8 %. Entre aqueles que continuam, três em cada quatro fazem-no num programa de Formação Profissional, e somente um no percurso que prepara para a universidade.

A pontuação dos alunos austríacos no teste PISA (aos 15 anos) não é de excelência: em matemática estão ligeiramente acima da média, mas em leitura algo abaixo. Os resultados globais são inferiores aos que obtêm outros países com gastos por estudante similares (dos mais elevados da OCDE). Além disso, a diferença por estrato socioeconómico e entre estrangeiros e alunos austríacos é sensivelmente maior do que a média, e não foi possível reduzir nos últimos anos. Por outro lado, a Áustria foi o país onde mais cresceu na última década a diferença entre rapazes e raparigas na matemática.

Tem havido críticas que afirmam ser a precoce separação por capacidades no sistema austríaco a impedir muitos alunos, sobretudo de grupos sociais desfavorecidos, de chegarem mais alto; desta forma, a Formação Profissional converte-se no destino natural para as classes sociais de baixos rendimentos, enquanto que a universidade continua a ser uma coutada das elites sociais. Para minorar este problema, no início dos anos 90 foram implantadas as *Fachhochschulen* (Universidades de Ciências Aplicadas), que oferecem estudos superiores de formação profissional. Contudo, embora tenha aumentado o número dos seus alunos, ainda não conseguem atrair uma percentagem significativa dos estudantes.

Contudo, o baixo desemprego juvenil mostra o sucesso da Formação Profissional austríaca, que muitos atribuem ao modelo de formação dual. A figura do aprendiz está completamente arraigada, tanto no sistema educativo, como no mundo empresarial. Mais de 55 % dos aprendizes obtêm um posto de trabalho na empresa onde fizeram os estágios.

Além da oferta que nasce naturalmente na empresa, o Estado oferece aos estudantes de Formação Profissional um compromisso para lhes encontrar lugar nalguma empresa, a qual é subsidiada com o equivalente a um salário reduzido.

Esta coordenação entre os setores privado e público no campo dos aprendizes é uma manifestação do *Sozialpartner* ou acordo de colaboração social. O mundo empresarial está representado fundamentalmente por dois organismos (“câmaras”) federais: a WKÖ, que agrupa a indústria e os serviços, e a LKÖ no setor da agricultura. A filiação em ambas é obrigatória para os empresários dos respetivos setores. Por seu turno, na BAK (Câmara do Trabalho) estão inscritos automaticamente todos os assalariados do país. Este órgão defende os seus interesses e os dos consumidores. Embora a lei regule a existência destes três organismos, a sua gestão é completamente independente. Por último, os sindicatos agrupam-se sob a égide da ÖGB para participar no *Sozialpartner*.

A influência destes quatro atores na vida política do país é grande. Além de participarem juntamente com membros do governo na Comissão Paritária (o executivo é obrigado a consultá-los para legislar sobre o mercado de trabalho), cada um tem a capacidade de promover projetos de lei. Por outro lado, os seus membros costumam ser convidados a participar nas comissões parlamentares, e nomeiam mesmo alguns candidatos para “juizes ajudantes” (*lay judges*) em conflitos laborais.

A Comissão Paritária conta com o seu próprio órgão de investigação. Os seus relatórios, realizados por profissionais prestigiados, são levados muito em conta para desenhar os programas na Formação Profissional. Desta forma, assegura-se que a oferta educativa esteja relacionada com a procura profissional.

Em conjunto, o *Sozialpartner*, com os seus mecanismos concretos de participação, fomenta uma colaboração positiva e não partidária entre os agentes sociais. Esta vontade de cooperar, juntamente com uma Formação Profissional de qualidade e o forte tecido industrial do país, explicam a baixa taxa de desemprego austríaco e o sucesso da formação dual.

F. R.-B.

O declínio das adoções internacionais

O número de adoções internacionais baixou dois terços entre 2003 e 2013. Das 42 000 que aconteciam há dez anos, passou-se para pouco mais de 15 000 nos dez países que mais adotam, segundo um estudo de Jean-François Mignot publicado na revista “Population & Sociétés” (“L’adoption internationale dans le monde: les raisons du déclin”, N.º 519,

Février 2015). Daí que a adoção de uma criança estrangeira venha a ser cada vez mais difícil.

A Espanha é o quarto país que mais crianças estrangeiras tem adotado, atrás dos EUA, França e Itália. Há poucos meses, o conselho de ministros espanhol aprovou os projetos de lei de proteção da infância e da adolescência. O governo espanhol afirma que “se agilizam os processos de acolhimento e adoção de modo a favorecer que as crianças, especialmente os menores de três anos, permaneçam com uma família”. Em Espanha, há quase 35 000 menores sob tutela ou guarda das administrações, dos quais 13 400 estão em residências, à espera de uma família.

Ao mesmo tempo, o governo deseja dotar de maior segurança jurídica os processos de adoção internacional. Não se disponibilizam dados, embora o Ministério da Saúde refira que foram 13 295 os menores acolhidos entre 2008 e 2012 por meio de processos de adoção internacional: o número desceu de 3 156 em 2008, para 1 669 em 2012. Nesse período, os principais países de origem das crianças foram Rússia (3 759), China (2 900) e Etiópia (2 602). Destes três países provinham, em 2012, 73,5 % das crianças adotadas por famílias espanholas (“Aceprensa”, “Rusia levanta restricciones a España en materia de adopción”, 10.7.2014). As adoções de crianças espanholas situam-se em cerca de 800 por ano.

A decisão do governo espanhol chegou num momento em que diminuem as adoções estrangeiras em todo o mundo. De 2004 a 2013, os dois principais países de origem foram a China e a Rússia, mas o número de menores adotados por casais estrangeiros baixou em três quartos (de 13 400 para 3 400 na China e de 7 700 para 1 700 na Rússia).

Além do alongamento dos processos de adoção, os candidatos disponíveis são cada vez mais crianças “com necessidades específicas”: ter uma idade mais avançada, não as separar de outro irmão, ou padecer de patologias mais ou menos graves. Passou o tempo em que os casais contavam poder adotar em breve uma criança de três anos geralmente de boa saúde. Deverão habituar-se à ideia, sobretudo, porque a maioria recorre à adoção depois de fracassos na procriação medicamente assistida.

Esta evolução mostra que os países de origem tendem a cumprir a Convenção de Haia sobre proteção infantil de 1993, que convida a fazer todo o possível para manter a criança na sua família e, na sua falta, no próprio país. Testemunhos de adotados já adultos confirmam que ser educada longe da cultura do país originário pode ser um trauma adicional para uma criança abandonada.

Por outro lado, na medida em que os países mais pobres se desenvolvam, aumenta a classe média, avança a anticoncepção e torna-se menos frequente o abandono de crianças. Ao mesmo tempo, há mais casais locais dispostos a adotar.

Este estreitamento dos canais da adoção internacional acontece quando, nos países desenvolvidos, se atrasa cada

vez mais a idade em que os pais têm o seu primeiro filho, e cresce a infertilidade, ligada também à idade.

Em França, os últimos dados mostram que pouco mais de 1 000 crianças estrangeiras foram adotadas em 2014, contra as quase 5 000 de há dez anos.

A diminuição das adoções acontece também em Itália, como escreve Luciano Moia em “Avvenire” (21.2.2015). Em 2014, houve 30 % menos do que em 2013 e até 50 % menos do que o pico de 2010, quando se autorizou o processo de entrada no país a 4 130 crianças. Em 2014, o número foi de cerca de 2 000.

Nessa diminuição intervêm muitos diferentes fatores. Não é apenas ter baixado a generosidade das famílias italianas devido à crise. Muito menos tem a ver com os elevados gastos burocráticos e a lentidão do processo, nem com a necessidade de passar tempo nos países de origem. Talvez influa mais a decisão de alguns governos de reduzir drasticamente as autorizações. Por exemplo, a Etiópia diminuiu o ritmo dos processos. Moscovo baixou para metade o número de crianças disponíveis para adoção internacional: de duas mil para mil. O Congo bloqueou tudo desde setembro de 2013. O Camboja passou de 554 aprovações em 2011, para 179 em 2013. Na Ucrânia, de 297 em 2011, para 146 em 2013.

Os especialistas italianos salientam também a influência da ratificação da Convenção de Haia antes mencionada. Ao mesmo tempo, confirmam que, como em França, se chega ao processo de adoção depois do fracasso na fecundação assistida. Na opinião de Moia, essas decisões pessoais refletem “uma progressiva perda dos valores de solidariedade, generosidade e abertura à vida que deveriam caracterizar a decisão de adotar”. Isto não exclui logicamente as boas intenções e os desejos de dar continuidade ao apelido. Além disso, “o facto da criança ser diferente, talvez com diferentes traços faciais, e com diversos costumes e línguas, implica um desafio nada fácil. Difícil, sim. Mas os pais que se atreverem terão o mérito de ter transformado um direito numa dádiva, como deveria ser sempre considerado qualquer filho”.

EUA, o país com maior taxa de população encarcerada

Um centro especializado pertencente à Universidade de Essex (www.prisonstudies.org) tem vindo a publicar periodicamente estudos sobre a população encarcerada em mais de duzentos países do mundo. Nos seus balanços, refere o número total de pessoas privadas de liberdade, com a data da última informação disponível, e a percentagem relativa dos habitantes de cada Estado. Em cada caso, indica a maior ou menor fiabilidade dos dados, duvidosa nalguns países, assim como as diferenças de critério nos ordenamentos jurídicos (por

exemplo, sobre a maioridade da idade penal ou sobre a prisão preventiva).

O último relatório, de finais de 2013, salientava que mais de 10,2 milhões de pessoas estavam encarceradas em instituições penais em todo o mundo, divididas quase em partes iguais entre prisão preventiva e cumprimento de sentenças definitivas. Grande parte dos condenados estavam nos EUA (2,24), Rússia (0,68) ou China (1,64), embora na informação da China e Coreia do Sul apareçam confusões devido às excessivas detenções administrativas sem processo penal (cerca de 0,65 e 0,15, respetivamente).

No *ranking* da população presa, estão no topo os Estados Unidos com uma taxa de 716 por 100 000 habitantes. Outros países em destaque são Cuba (510) e Rússia (475). Metade dos países e territórios analisados têm taxas inferiores a 150, quase uma taxa mundial para a população do planeta em 2013, com 7 100 milhões de pessoas). Na Europa Ocidental, a taxa média era de 98.

Não é fácil obter critérios regionais, pois existem notórias diferenças entre países de culturas e economias semelhantes: por exemplo, a Argentina com 147, contra os 281 do Uruguai ou 266 do Chile.

Na Europa, destacam-se os dados da Inglaterra e País de Gales (148), Escócia (147), assim como os da Espanha (147) e Portugal (136). Com exceções, os restantes países estão em torno ou abaixo dos 100: Grécia (111), Bélgica (108), Itália (106), Áustria (98), França (98), Irlanda (88), Suíça (82), Holanda (82), Alemanha (79), Dinamarca (73), Suécia (67), Finlândia (58).

A única conclusão sólida é que tem havido um aumento progressivo da população encarcerada desde o primeiro relatório elaborado há dezasseis anos: aumentou mais do que o conjunto dos habitantes do planeta, passando de uma taxa de 136, para a atual de 144.

Apesar de tudo, uma combinação de mudanças sociais e de medidas de segurança fez reduzir em muito o número de delitos no Ocidente.

A esse fenómeno do crescimento inexorável referia-se uma reportagem do jornal “Le Monde” (12.11.2014). Em França, a população encarcerada cresceu a uma enorme velocidade: 37 000 pessoas em 1980, 67 000 em 2014; e o aumento tem-se acelerado, com mais 38 % de presos desde 2002. Já foi alcançada uma taxa de 102 (incluindo os 25 % de preventivos, embora os juízes tendam a decretar como imprescindível a detenção prévia), e há um sério problema de sobrelotação nas prisões, com mais de 10 % de presos a dormir em tapetes no chão.

O rápido aumento do número de reclusos depende do aumento das condenações de privação de liberdade, assim como da sua maior duração. Enquanto existe estabilidade nos homicídios (9,2 % dos presos), aumentam os delitos contra a

propriedade (22,6 %) ou por narcotráfico (16,4 %), assim como devido a violências premeditadas (13 %).

Algo de semelhante acontece em Espanha, onde havia, em maio, 57 528 presos. Segundo uma informação do governo a uma pergunta parlamentar, eram 8 000 menos que cinco anos atrás. Mas, logicamente, por razões demográficas, a taxa tinha chegado a 159 por 100 000 habitantes, uma das mais elevadas entre os vizinhos desse país.

“Contra los ídolos posmodernos”

“Contro gli idoli postmoderni”

Autor: Pierangelo Sequeri

Herder. Barcelona (2014)

92 págs.

Para Pierangelo Sequeri, teólogo, bispo e membro da Comissão Teológica Internacional, o preocupante não é a degradação antropológica que acarreta o modelo cultural pós-moderno, mas a inércia generalizada com que o homem de hoje a aceita. Nem adorador de Dionísio, nem seguidor de Prometeu: a quem mais se assemelha o homem de hoje é a um Narciso indolente, satisfeito e aturdido. E o autor, precisamente, quer remover a sua indiferença, quebrar o seu desencanto e cura-lo dessa doentia recaída no paganismo.

Deste modo, “Contra los ídolos pós-modernos” – que também é um manifesto breve e direto – possui quase um efeito terapêutico: identifica os ídolos ou os símbolos que sintetizam os valores da pós-modernidade, os seus dogmas e mitos, mas também aponta recursos para combater a idolatria contemporânea. Os quatro fenómenos que analisa – a obsessão pela juventude, o mito do crescimento, as armadilhas da comunicação e a visão secularista – provêm, no entanto, do que denomina o princípio de autorrealização: a atenção e a supervalorização do eu, o jogo sentimental das autorrealizações e a potenciação do desejo, que encaminham o homem para o niilismo.

O primeiro ídolo é o da adolescência interminável, que impede o amadurecimento da pessoa, pois durante a juventude, o que é próprio é aprender a distanciar-se de si mesmo e, como ilustrativamente afirma Sequeri, apropriar-se do humano para poder difundi-lo na idade adulta.

A segunda doença é a obsessão pelo crescimento, que permitiu a difusão de uma mentalidade economicista e pragmática, e que converte o cidadão num consumidor político. A saturação informativa e o exibicionismo do eu, em terceiro lugar, diminuem a riqueza da linguagem e da comunicação humana.

Por último, difundiu-se uma visão negativa da religião, que coloca na margem a dimensão espiritual e, com ela, a grandeza do ser humano.

Sequeri é profundo e sabe distinguir entre o trigo e o joio; analisa os fenómenos mais importantes, mas também as suas ramificações e explica o fundo das mudanças culturais. Mas o tratamento que propõe para estes males não podia ser novo: devolver a dignidade moral ao adulto; regenerar a política; recuperar o espiritual e reconhecer a importância do silêncio e do pudor, entre outras coisas. Em resumo, faz uma combativa apologia do humanismo cristão, confiante e esperançosa. Na sua opinião, só reconhecendo a transcendência de Deus pode o homem conquistar novamente a sua dignidade, pelo que é indispensável que o cristianismo recupere a cultura. A Igreja, refúgio do humanismo, tem hoje a tarefa de orientar o homem nesta travessia.

